

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Terça-feira, 27 de Abril de 2021 - Edição nº4316

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuá - cell:820720400
Propriedade: Média - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua da Resistência, Nº1642, Prédio Cil/3M - Maputo - Moçambique
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



ALERTAM ENTENDIDOS EM TERRORISMO GLOBAL

“Jihadistas” de Cabo Delgado representam um risco marítimo crescente

(Maputo) Os recentes ataques na cidade costeira de Palma, Cabo Delgado, pela afiliada do Estado Islâmico Ahlu Sunnah Wa-Jamamah (ASWJ), provam o que alguns especialistas em segurança temiam, que a insurgência representa uma ameaça crescente. ASWJ está a mostrar um aumento particular em sofisticação no domínio marítimo.

O grupo terrorista usou lanchas e afundou um barco de patrulha moçambicano HSI 32 com um RPG na batalha por Mocímboa da Praia no início de Setembro de 2020, acabando por assumir o porto que é vital para a prestação de serviços de projectos de energia offshore, observam os avaliadores de risco marítimo Dryad Global.

No dia 24 de Março, um dia após a Total ter anunciado a retomada da construção do projecto Mozambique

LNG, os insurgentes atacaram e tomaram o controlo de Palma. Quase dois terços da cidade foram destruídos juntamente com a morte de dezenas de civis e Forças de Defesa e Segurança, bem como sete expatriados.

Com uma capacidade marítima demonstrada e intenção por parte dos insurgentes, combinada com a capacidade limitada da marinha moçambicana, a Dryad Global acredita que o con- ➔

ATÉ QUE AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA PERMITAM O REINÍCIO DOS TRABALHOS

Petrolífera Total diz que projecto foi suspenso mas não está cancelado

(Maputo) A petrolífera Total disse ontem que o projecto de gás em Moçambique não foi cancelado, mas sim suspenso

até que as condições de segurança permitam o reinício dos trabalhos na província de Cabo Delgado.

“No ambiente actual, a Total não

pode continuar a operar na província de Cabo Delgado de maneira segura e eficiente, por isso todo o pessoal do ➔

Ligados com o dobro dos megas

Activa *248#

Termos e condições aplicáveis.



Ligados temos tudobom



flito em Cabo Delgado tem potencial para evoluir para incluir um elemento de risco offshore significativo.

Os analistas da Dryad Global, Shannon McSkimming e Casper Goldman, deram a sua avaliação do ASWJ, a resposta de segurança até agora, o risco marítimo e paralelos com outros conflitos.

Quem são Ahlu Sunnah Wa-Jamamah?

O ASWJ surgiu em Cabo Delgado em Outubro de 2017. Diferentemente de uma insurgência tradicional, o ASWJ é amplamente motivado por / composto por moradores, privados de direitos civis devido à contestação da propriedade da terra, deslocamento da comunidade em torno do desenvolvimento do projecto de GNL e impactos de actividades ilegais tanto onshore quanto offshore, particularmente envolvendo pesca ilegal, não regulamentada e não declarada.

Desde meados de 2019, a capacidade e intenção do ASWJ de conduzir ataques mais complexos apresenta cada vez mais questões significativas de longo prazo para os operadores comerciais em Cabo Delgado, observa Dryad. Um incidente chave na linha do tempo da sua expansão foi o ata-

que e subsequente captura da cidade e do porto de Mocímbo da Praia em Agosto de 2020, que detêm desde então. O Departamento de Estado dos EUA designou o ASWJ como grupo terrorista em Março de 2021.

Resposta de Segurança

O ataque a Palma pela ASWJ, que obrigou as Forças de Defesa e Segurança a retirarem-se devido ao uso de armamento pesado, é sintomático da falta de resposta de segurança do Governo moçambicano, que tem procurado apoio no sector privado. Depois que os russos do Grupo Wagner retiraram-se de Cabo Delgado na sequência de mortes, a Polícia da República de Moçambique contratou o Grupo Consultivo Sul-Africano Dyck (DAG). O DAG treina as forças de segurança moçambicanas e fornece apoio aéreo de helicópteros - que posteriormente se provou crucial na evacuação de Palma, disse Dryad em sua análise.


Entende-se que o Ministério da Defesa de Moçambique celebrou também um contrato concorrencial com o Grupo Paramount que irá fornecer pelo menos 12 viaturas blindadas, quatro helicópteros e formação a militares moçambicanos através da sua empresa parceira, a Burnham Global.

Os relatórios indicam que o apoio de helicópteros da DAG chegou ao fim em seis de Abril, quando helicópteros fornecidos pela Paramount com pilotos moçambicanos treinados deveriam ser implantados em seu lugar. A Paramount está apenas a entregar equipamentos e a fornecer treinamento - uma vez entregue ao cliente, Moçambique possui os activos e os operará.

Outra iniciativa de segurança notável é o Grupo de Trabalho Conjunto de Cabo Delgado, que é uma cooperação entre o Ministério da Defesa e Interior de Moçambique e a gigante petrolífera francesa Total, com o objectivo de garantir as suas instalações de GNL de 20 mil milhões de dólares na península de Afungi a sudeste de Palma. Embora esse acordo tenha securitizado com sucesso os recursos energéticos, foi criticado por não levar em consideração a segurança da comunidade local, agravando ainda mais as queixas. A comunidade internacional também levantou preocupações sobre a situação em Cabo Delgado e vários países estão a fornecer um apoio modesto. Apesar do envolvimento dessas empresas de segurança privada e iniciativas de segurança, ASWJ continuou a

⇒ **Publicidade**



22 Rapid Street, Nelspruit (Entrada pela BP Riverside)
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email info@galeria.co.za
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652
www.galeria.co.za  Galeria Furniture Store Nelspruit

galeria antarte

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

deter e ganhar território, bem como a causar perdas significativas de vidas, como visto no incidente mais recente em Palma.

Risco marítimo e paralelos com outros conflitos

O conflito em Moçambique é actualmente predominantemente onshore, afirma Dryad. Semelhanças podem ser traçadas com elementos de questões vistas na Nigéria, Somália e Iémen. Na Nigéria, os métodos de ataque usados pelo ASWJ são semelhantes aos do Boko Haram, assim como a sua capacidade demonstrada de controlar o território. O Governo Federal da Nigéria e a força de defesa foram forçados a utilizar um grande número de pessoal e financiamento num esforço para conter o Boko Haram, resultando em falta de recursos, foco e financiamento para questões offshore. Moçambique já comprometeu recursos significativos para combater a ASWJ com sucesso limitado - existe o perigo de ocorrer cegueira do mar semelhante em Moçambique. Como está a ser visto em Cabo Delgado, as comunidades na Somália foram afectadas por questões em torno dos direitos à terra, desemprego, pobreza e actividades ilegais.

Os 'Vingadores do Delta do Níger reformados', na Nigéria, enfrentaram lutas semelhantes a Moçambique em relação à subsistência afectada como resultado das operações de petróleo e gás offshore. Nesse caso, o grupo

lançou mão de ataques contra as instalações de petróleo da região, na tentativa de obrigar o Governo federal e as petrolíferas estrangeiras a ouvir as suas preocupações e demandas pelo crescimento económico inclusivo da região. Como resultado, permanece uma possibilidade realista de que, à medida que a insurgência se desenvolve, grandes projectos apoiados pelo Estado provavelmente se tornem o foco de ataques do ASWJ.

Embora a insurgência tradicional permaneça tipicamente em terra, a infra-estrutura específica dos projectos de GNL na região de Cabo Delgado está localizada no mar, semelhante ao Delta do Níger. Um caminho potencial final para a insurgência em Moçambique poderia espelhar a natureza da ameaça apresentada pelos rebeldes Houthi no Iémen, cujos ataques são especificamente direccionados contra outros actores ligados ao conflito, como activos associados ao GNL e mercenários estrangeiros, explica Dryad. Estes elementos de outros conflitos apresentam paralelos com as causas profundas e dinâmicas vistas em Moçambique que devem ser consideradas ao avaliar a potencial trajectória futura do conflito.

A extensão em que a insurgência ASWJ ganha mais força em terra provavelmente informará as suas capacidades offshore, o que poderia desestabilizar gravemente o domínio marítimo e levanta sérias preocupações

sobre o potencial de Cabo Delgado se tornar o próximo hotspot global de pirataria. Como resultado da relação inerente do conflito às queixas relativas aos rendimentos de GNL, os activos relacionados a esses projectos estão em risco iminente de serem alvos. Os activos em risco incluem campos e instalações de gás offshore, bem como tanques de GNL, navios de abastecimento offshore (OSVs) e navios de perfuração.

No médio prazo, o ASWJ poderia adoptar uma abordagem semelhante para os rebeldes Houthi e direccionar os activos relacionados aos países envolvidos no conflito, como Portugal, os Estados Unidos e a África do Sul. No longo prazo, as capacidades offshore melhoradas do ASWJ podem resultar no surgimento de pirataria no canal de Moçambique, que é geralmente de natureza indiscriminada, para financiar a sua luta. Outra possibilidade é que a pirataria possa surgir da comunidade local como resultado da disparidade económica e da insegurança humana. A incerteza em Cabo Delgado já atingiu um limite que leva os investidores estrangeiros a reconsiderar os seus projectos de GNL e a recalibrar apenas as instalações offshore. Isso limitaria o efeito de arrastamento do benefício económico para a comunidade local, agravando ainda mais a insegurança e a instabilidade.

(Redacção)

Originalidade



www.rotundaplanthire.co.za

Petrolífera Total diz que projecto foi suspenso mas não está cancelado

projecto foi retirado do local e não voltará até que as condições o permitam”, disse fonte da petrolífera francesa.

“A Total continua comprometida com Moçambique e com o desenvolvimento do projecto da Área 1 quando as condições o permitirem, e continuará a acompanhar a evolução da situação com grande atenção, em estreito contacto com as autoridades”, disse a porta-voz da empresa, quando questionada sobre se a declaração de “força maior” implica a suspensão ou o cancelamento do projecto.

Anastasia Zhivulina referiu que “a ‘força maior’ foi declarada porque a Total é incapaz de cumprir as suas obrigações em resultado da severa deterioração da situação de segurança em Cabo Delgado, um assunto que está completamente fora do controlo da Total”, acrescentando que o projecto está suspenso, e não cancelado.

As declarações a partir de Paris, a sede da empresa, surgem horas depois de a petrolífera ter justificado com motivos de “força maior” a retirada de todo o pessoal do norte de Moçambique, após o agravamento da violência armada de rebeldes, com o ataque a Palma, em 24 de Março, junto ao projecto de gás.

Avaliado em 20 mil milhões de dólares, trata-se do maior investimento privado em curso em África.

“Considerando a evolução da situação de segurança no norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, a Total confirma a retirada de todo o pessoal do projecto Moçambique LNG do local de Afungi. Esta situação leva a Total, como operadora do projecto Moçambique LNG, a declarar força maior”, lê-se em comunicado.

“A Total expressa a sua solidariedade para com o Governo e povo de Moçambique e deseja que as acções

desenvolvidas” pelo país e parceiros “permitam o restabelecimento da segurança e estabilidade na província de Cabo Delgado de forma sustentada”.

É a primeira vez que a petrolífera recorre ao conceito de ‘force majeure’ usado em direito para justificar o incumprimento de determinadas obrigações com factores externos.

Uma semana depois do ataque de 24 de Março contra a sede de distrito de Palma, a petrolífera retirou todo o pessoal e abandonou por tempo indeterminado o recinto do projecto de gás na península de Afungi, seis quilómetros a sul da vila.

O projecto tinha até agora início de produção previsto para 2024 e é nele que estão ancoradas muitas das expectativas de crescimento económico de Moçambique na próxima década.

(Redacção)

GOVERNO DIZ QUE TOTAL “NÃO ABANDONOU”...

Apenas “suspendeu” projecto de gás

(Maputo) Por sua vez, o Governo de Moçambique também assegurou que a petrolífera Total “não abandonou” o projecto de gás natural em Cabo Delgado, palco de ataques que causaram milhares de deslocados, mas apenas suspendeu as actividades “por tempo indefinido”.

“Quero, mais uma vez aqui, reafirmar que não houve e não há abandono da Total, o que houve foi uma suspensão das actividades, devido à insegurança que se vive na área”, afirmou o presidente do Instituto Nacional de Petróleos de Moçambique (INP), Carlos Zacarias, em conferência de imprensa.

Para o Governo, “está claro que a Total mantém as suas obrigações, no âmbito do contrato de pesquisa e pro-

dução de petróleo”, prosseguiu Zacarias.

A petrolífera Total anunciou ontem motivos de “força maior” para ter retirado todo o pessoal do norte de Moçambique, após o agravamento da violência armada de rebeldes, com o ataque a Palma, no dia 24 de Março, junto ao projecto de gás.

“Considerando a evolução da situação de segurança no norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, a Total confirma a retirada de todo o pessoal do projecto Moçambique LNG do local de Afungi. Esta situação leva a Total, como operadora do projecto Moçambique LNG, a declarar força maior”, lê-se em comunicado.

Na conferência de imprensa que se seguiu ao anúncio da Total, o presidente

do regulador do sector petrolífero em Moçambique considerou “prudente” a atitude da multinacional francesa, enfatizando a necessidade de “preservar e salvaguardar a segurança” de todas as pessoas envolvidas no empreendimento do consórcio na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.

Carlos Zacarias assinalou que a cláusula de “força maior” invocada pela Total vai ajudar a mitigar os custos incorridos pelo consórcio concessionário do projecto de gás e pelas empresas subcontratadas, mas não implica o fim do empreendimento.

“O primeiro efeito é que [a invocação da cláusula de força maior] protege os dois lados, na medida em que irá

⇒

AVISO

Renovação de assinaturas para 2021

A direcção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2021. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tv cabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

**Atenciosamente
Sector Comercial**

mitigar mais custos que, eventualmente, possam ser incorridos por serviços que não podem ser providenciados”, sublinhou.

No novo contexto, prosseguiu, a Total poderá discutir com as empresas contratadas as formas de minimizar o impacto negativo decorrente da paralisação.

O presidente do INP sublinhou que

o projecto de produção de gás natural liquefeito do consórcio da petrolífera francesa será retomado, logo que forem garantidas as condições de segurança no distrito de Palma, onde estão sediados os projectos de gás natural em Cabo Delgado.

“Logo que as condições de segurança estiverem criadas e melhoradas, tenho a certeza que as actividades irão

ser retomadas, aliás, nós sabemos que, há pouco tempo, foi feito o fecho financeiro final, há fundos para prosseguir com o projecto”, enfatizou Carlos Zacarias.

Avaliado em 20 mil milhões de dólares, o investimento do consórcio liderado pela Total no projecto de gás natural em Cabo Delgado é o maior investimento privado em curso em África. **(Redacção)**

DECORRENTES DA SUSPENSÃO DO PROJECTO DE GÁS NATURAL EM CABO DELGADO

Governo vai discutir com Total responsabilidade dos custos

(Maputo) O Governo vai discutir com a petrolífera Total a imputação dos custos decorrentes da suspensão do projecto de gás natural na província de Cabo Delgado, devido à violência armada, anunciou ontem o Instituto Nacional de Petróleos (INP).

“Naturalmente, qualquer custo que, directa ou indirectamente seja provocado pela implementação do projecto, mais tarde terá que ser discutido com o Governo”, afirmou o presidente do INP, Carlos Zacarias, em conferência de imprensa, falando na sequência do anúncio feito ontem pela petrolífera francesa Total de que invocou a cláusula de razões de “força maior” para retirar todo o pessoal do projecto de gás natural da península de Afungi, norte de Moçambique, e suspender a actividade por razões de segurança.

Questionado se os prejuízos acarretados pela paralisação do multimilionário projecto de gás natural serão imputados ao Governo moçambicano, devido à incapacidade de proteger o empreendimento, o presidente do regulador petrolífero explicou que essa questão terá de ser discutida entre as partes.

“Nós temos uma equipa que faz a verificação dos custos que são recuperáveis e dos que não são re-

cuperáveis. Naturalmente, para este caso concreto, nós sabemos que os trabalhos estavam sendo feitos, foram interrompidos”, declarou.

O conceito de custos recuperáveis refere-se aos encargos assumidos pelas empresas concessionárias, mas passíveis de ressarcimento pelo Estado.

“Temos que ser realistas” quanto à inevitabilidade de um impacto nas contas, porque “uma pequena alteração daquilo que eram as bases iniciais dos custos que tinham sido programados” irá abrir uma discussão sobre se tais valores “poderão ser tomados como recuperáveis”.

Carlos Zacarias admitiu que o impacto da suspensão das obras de construção do empreendimento da Total em Afungi poderá estender-se à relação com os compradores do gás natural liquefeito, cujos contratos já foram celebrados, com prazos de cumprimento definidos.

“Há previsões [contratuais] que têm, naturalmente, em vista uma data e algumas penalizações de parte a parte, caso uma das partes não cumpra”, enfatizou.

Se o atraso for muito maior, esse impacto será maior, disse.

Na nota que divulgou ontem, a petrolífera francesa refere que “con-

siderando a evolução da situação de segurança no norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, a Total confirma a retirada de todo o pessoal do projecto Moçambique LNG do local de Afungi. Esta situação leva a Total, como operadora do projecto Moçambique LNG, a declarar força maior”.

Na conferência de imprensa que se seguiu ao anúncio da Total, o presidente do regulador do sector petrolífero em Moçambique considerou “prudente” a atitude da multinacional francesa, enfatizando a necessidade de “preservar e salvar a segurança” de todas as pessoas envolvidas no empreendimento do consórcio na província de Cabo Delgado, norte de Moçambique.

Carlos Zacarias assinalou que a cláusula de força maior invocada pela Total vai ajudar a mitigar os custos incorridos pelo consórcio concessionário do projecto de gás e pelas empresas subcontratadas, mas não implica o fim do empreendimento.

“O primeiro efeito é que [a evocação da cláusula de força maior] protege os dois lados, na medida em que irá mitigar mais custos que, eventualmente, possam ser incorri-

⇒

DN DIÁRIO DE NOTÍCIAS

CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O
DIÁRIO DE NOTÍCIAS

dos por serviços que não podem ser providenciados”, sublinhou.

No novo contexto, prosseguiu, a Total poderá discutir com as empresas contratadas as formas

de minimizar o impacto negativo decorrente da paralisação.

O presidente do INP sublinhou que o projecto de produção de gás natural liquefeito do consórcio da pe-

trolífera francesa será retomado, logo que forem garantidas as condições de segurança no distrito de Palma, onde estão sediados os projectos de gás natural em Cabo Delgado. **(Redacção)**

É A GALP QUEM O DIZ

Suspensão do projecto de gás da Total “não impacta directamente”

(Maputo) O director de exploração e produção da Galp, Thore Kristiansen, afirmou ontem que a suspensão das operações da Total no projecto de gás de Cabo Delgado, em Moçambique, “não impacta directamente” as operações da petrolífera portuguesa na região.

“Não nos impacta directamente, porque as operações em curso na Área 4 continuam a ser para otimizar e para melhorar o produto, de forma a fazê-lo progredir na cadeia de valor”, afirmou Thore E. Kristiansen durante um ‘webcast’ para apresentação dos resultados do primeiro trimestre da petrolífera.

Questionado relativamente à suspensão de operações ontem confirmado pela petrolífera Total, o director

de operações da Galp reconheceu que “a situação em Cabo Delgado é muito grave”, pelo que “é compreensível que tenha, primeiro, de ser controlada para poder garantir a segurança das pessoas que lá trabalham”.

A petrolífera Total anunciou ontem motivos de “força maior” para ter retirado todo o pessoal do norte de Moçambique, após o agravamento da violência armada de rebeldes, com o ataque a Palma, no dia 24 de Março, junto ao projecto de gás.

Na sequência deste anúncio, o Governo de Moçambique assegurou que a petrolífera Total “não abandonou” o projecto de gás natural em Cabo Delgado, alvo de ataques que causaram

milhares de deslocados, mas apenas suspendeu as actividades “por tempo indefinido”.

Para o Governo, “está claro que a Total mantém as suas obrigações, no âmbito do contrato de pesquisa e produção de petróleo”.

A portuguesa Galp, a Kogas (Coreia do Sul) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (Moçambique) detêm, cada uma, uma participação de 10% num consórcio de exploração e gás natural da Área 4 da bacia do Rovuma, ao largo da costa de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, liderado pela petrolífera italiana Eni e pela americana ExxonMobil.

(Redacção)

Venha conhecer a loja Antarte mais perto de si!



22 Rapid street.
Nelspruit - África do Sul

Telf.: 0027 137 522 099
0027 799 819 637

GALERIA.CO.ZA

 **antarte**
MOBILIÁRIO